

CORRÍO BRASILENSE

## Empresários fazem reunião em Brasília

O empresariado brasileiro não aceita mais ser gerido pelo Governo e decidiu reduzir, através da Assembléia Constituinte, a presença do Estado na iniciativa privada. Para tanto, cerca de 1.500 empresários estarão em Brasília a partir de sábado, para participar do IV Congresso Nacional das Associações Comerciais. Do encontro, será tirado um documento com a posição do setor, a ser encaminhado ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e às bancadas estaduais de parlamentares.

Entre os participantes, com presença confirmada, estão, além do presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, o ex-ministro Francisco Dornelles, os ex-governadores José Rícha, do Paraná, e Roberto Magalhães, de Pernambuco, o ex-secretário-geral da Desburocratização, Geraldo Piquet Carneiro, e o deputado Guilherme Afif Domingos.

O IV Congresso Nacional das Associações Comerciais tem como base a discussão do tema "A livre iniciativa e a Constituinte", que se dará em sessões plenárias e nas reuniões das comissões e subcomissões técnicas. O encontro tem início efetivo no domingo às 15 horas, com a instalação das comissões no auditório Planalto, do Centro de Convenções, mas a sessão solene de abertura só ocorrerá na segunda-feira, às 9 horas, com a presença do presidente José Sarney, no auditório Petrólio Portella, do Senado Federal. O encontro prossegue até a quarta-feira da próxima semana, quando os participantes, tendo à frente o conselheiro-diretor da confederação, visitarão os presidentes da Assembléia Constituinte, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para entrega do documento final. Este documento será levado também pelas delegações estaduais a suas respectivas bancadas na Constituinte.

## Assembléias pedem voz na Constituinte

Ouro Preto — Presidentes de Assembléias Legislativas de 19 Estados, reunidos ontem na Câmara Municipal de Ouro Preto, entregaram ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a carta "Compromisso de Ouro Preto", na qual os legislativos estaduais pedem, entre outras coisas, alteração no Regimento Interno da Constituinte, de forma a assegurar-lhes o direito de terem suas proposições recebidas, discutidas e apreciadas, e de apresentarem emendas ao projeto constitucional no mesmo prazo dado aos constituintes. Ulysses agradeceu a contribuição, prometendo examiná-la com profundidade.

Novo encontro dos chefes de legislativos estaduais está marcado para o próximo dia 28 de maio, em Goiânia, de acordo com o presidente da Assembléia Legislativa de Minas, deputado Neif Jabur, promotor do evento. A segunda reunião visa o acompanhamento dinâmico do momento histórico.

O documento, composto de 15 itens, requer maior participação das Assem-

bléias na elaboração da nova Constituição, através da instituição de subcomissões regionais, de modo a encaminhar aos constituintes sugestões regionais e políticas de cada unidade da Federação.

Pede, ainda, a inserção nas disposições transitórias da futura Constituição, de normas que assegurem aos legislativos estaduais o poder constituinte decorrente, para estabelecer sua constituição em plenitude.

A carta "Compromisso de Ouro Preto" pede o fortalecimento do poder legislativo, atribuindo-lhe, além da competência legislativa, a função de controle político do governo, bem como o direito de legislar sobre matéria financeira e fiscalizar a execução orçamentária e da política financeira dos governos; reivindica a revisão dos critérios de distribuição da competência tributária e o fortalecimento da legalidade, eliminando-se a legislação por decreto, portaria e instruções, bem como a recuperação da plenitude das imunidades parlamentares, de acordo com a tradição do direito constitucional brasileiro.

ANC 88

Pasta 16 a 23

Abril/87

088

## União deve destinar 5% para a Amazônia

A União deverá aplicar anualmente, cinco por cento do orçamento nacional para o desenvolvimento da Amazônia. A proposição do deputado José Dutra (PMDB-AM) conta com o apoio dos 64 deputados e 18 senadores da região amazônica e ele acredita que isso, facilitará sua aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte.

O tratamento diferenciado entre as regiões brasileiras por parte do Governo Federal é um ponto criticado pelo deputado, que pretende impor à sua região, o desenvolvimento através da destinação desses cinco por cento do orçamento tributário nacional. Os órgãos de desenvolvimento da região amazônica, como a Superintendência de De-

envolvimento da Amazônia e a Superintendência da Zona Franca de Manaus, não estão, segundo o deputado, levando à frente suas funções.

Pontencialidades naturais é o que não falta na Amazônia. O deputado cita o potencial energético de seus rios e sua selva, o mineral, o madeireiro, o peixeiro e o da agricultura, devido à grande extensão de terras férteis que tem o Estado. Se a destinação de cinco por cento do orçamento para a Amazônia for aprovada, os recursos deverão ser administrados pela Sudam e através de lei complementar, deverão ser distribuídos entre os Estados e Territórios que compõem a região.